

O TRANSCENDER PARA ALÉM DO ATO PEDAGÓGICO

Edilene Soraia da Silva*
Marcos Jerônimo de Araújo**

soraia323@yahoo.com.br

RESUMO

O ato pedagógico se manifesta pelas cargas disciplinares oferecidas ao educando, atendendo a determinadas demandas e necessidades impostas pelo mercado. Cabe ao educador na sua formação, a interação ao modelo e práticas existentes. Mas, a ele também cabe o posicionamento da transformação, nesse momento que o transcender ao ato pedagógico se torna necessário, porque depende da manutenção do conhecimento adquirido e elevar-se acima deste vai depender da vontade do querer ampliar seu campo de visão. Com isso a práxis adquirida deve ser somada ao interesse da mudança pessoal para a melhoria da sociedade, e mudando a forma da sociedade pensar, muda-se o mundo em que se vive. Portanto, transcender nesse caso é elevar a educação acima do cotidiano, e isso requer projetos, conhecimentos de culturas, de autores de épocas diferentes que propiciaram a educação atual.

Palavras chave: Ato pedagógico. Formação e Interação. Transcender. Práxis.

1. INTRODUÇÃO

Não se deve encarar a educação como simplesmente ato de mudanças nas condutas sociais, mas como ferramenta de propostas e inserções de novas ideias que transcendam o ato da construção do conhecimento histórico. Que devem ser margeados pela ciência e concreticidade das ações do educador. No caso específico deste tema, o educador como fonte da desconstrução de determinados modelos que cerceiam o pensar,

* Bióloga, Mestre e Doutora em Ciências da Educação.

** Historiador, Mestre e Doutor em Ciências da Educação.

delineados pelos anos de imposição de culturas externas que levaram ao comodismo e passivismo e não observação de modelos de produção que obrigaram sociedades colonizadas a interagir, como se as culturas fossem de suas próprias raízes. Ou mesmo sociedades colonizadoras que no seu meio mantiveram e mantêm grupos sociais afastados da plenitude do conhecimento, por precisarem de pessoas que satisfaçam suas necessidades básicas.

A educação deve estar isenta na construção do conhecimento, mas para isso o educador em sua formação deve se perceber enquanto possibilidade de mudanças, e quando no exercício de suas funções constantemente avaliar o quanto cedeu ao sistema. Essa consciência não é fácil, já que na medida em que interage com a sociedade, também se modela a novas culturas.

O aprisionamento das capacidades educadoras limita-se a determinadas necessidades que surgem na vida profissional do educador, portanto, a autocrítica é uma forma de ponderar sobre seus atos. E quanto mais livre for, melhor poderá discutir a liberdade educacional.

2. A TRANSCENDÊNCIA DO EDUCADOR SOBRE SI MESMO

Este artigo visa discutir a condição do educador diante de sua realidade e do resultado do seu trabalho. Urge na sociedade a necessidade de que o processo educativo leve os cidadãos à transformação do que está posto há séculos de dominação hegemônica, seja em esferas econômicas, políticas ou de cultos religiosos. Para tanto, o educador é elemento-chave e para tal tarefa, precisa ser transcendente de sua própria condição de dominado pelo sistema ao qual precisa combater através da educação.

Um dos piores males que o poder público vem fazendo a nós, no Brasil, historicamente, desde que a sociedade brasileira foi criada, é o de fazer muitos de nós correr o risco de, a custo de tanto descaso pela educação pública, existencialmente cansados, cair no indiferentismo fatalistamente cínico que leva ao cruzamento dos braços. “Não há o que fazer” é o discurso acomodado que não podemos aceitar... Como cobrar das crianças um mínimo de respeito às carteiras escolares, às mesas, às paredes se o Poder Público revela absoluta desconsideração à coisa pública? (FREIRE, 1996, p. 74).

O combate que ora se pretende, não gera violência, mas sim a busca incessante pelo conhecimento a fim de encontrar respostas às inquietações naturais do ser humano, respostas estas que coloquem um fim nas alienações de pensamento e de atitudes gerando até certo desconforto, mas que abre caminho para a coragem do uso das palavras com convicção.

No processo da globalização, a educação gera os mitos e foram criados em torno desta idéia, gerando a noção de que, se os países pobres seguirem os mesmos caminhos das potências capitalistas, alcançarão certamente altos padrões de vida para toda a população (BARBOSA, Revista da Educação, 2004, p.28).

A organização social estabelecida pelas culturas, seja de dominação ou de manutenção, faz com que o homem se cale diante dos poderes constituídos. Com dificuldades querem mudar, mas mudar exige esforços e desprendimentos. Mas as facilidades oferecidas pela passividade são maiores. Principalmente quando isso se reverte em benesses pessoais. O que faz com que mudanças sejam demoradas, porque a grande dificuldade está em visualizar e se libertar do que está imposto.

O homem se diferencia dos animais a partir do momento em que se começa a produzir seus meios de vida, passo este condicionado pela sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material (MARX, ESTRUTURA SOCIAL E CONHECIMENTO)

Ao professor não cabe mais a condição de reprodutor de um sistema de conhecimentos fragmentados, descontextualizados e segregadores da dominação de massa, através de metodologias que colocam os aprendizes em situação passível de serem doutrinados, adestrados ou treinados como seres incapazes de pensar por si próprios. Diante de ouvidos, olhos e mentes capazes de compreender desde o mais simples ao mais complexo, cabe ao professor elucidar os caminhos em que os seus educandos percebam sua participação neste sistema.

Se deve entender a educação como algo profundamente significativo. Pode-se dizer que a educação representa o processo vital e consciente de contínua retomada de consciência de si mesmo, para o homem continuar a aprofundar a própria personalidade, e procurar novos caminhos de autorealização e de integração criativa e responsável na sociedade em que está inserido (SCHMITZ, 1993, p. 17).

Desde os primórdios, ainda na educação pelas artes rupestres, o conhecimento se dá pela mera transmissão de fatos e idéias sem grandes preocupações com a formação do indivíduo como ser livre e autônomo. O ser humano desde que entrou para a era do conhecimento e adquiriu seu epíteto “*sapiens*”, pouco evoluiu, além da cultura e tecnologia, para sua transcendência cultural. Ainda é minoria o grupo de pessoas com tal privilégio ou sentença, conforme seu tempo e sociedade.

Durkheim (1974, p. 93) procura estabelecer assim um método para um pensamento objetivo, racional. Diga-se, mudar ou perceber-se enquanto capaz de alterar modelos. Quando ele discute fato social, diz que,

É um fato social toda a maneira de agir, fixa ou não, capaz de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, ou ainda; que é geral no conjunto de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente de suas manifestações sociais.

Se não temos plena consciência nem mesmo dos motivos de nossas ações cotidianas, como entendermos nossos propósitos, como conseguir discernir as causas de nossas conformidades.

A idéia que Durkheim tem em mente é que o indivíduo participa de modo muito pouco significativo na produção da sociedade, sua contribuição é ínfima.

Um educador com visão geral do mundo só se alcança diante de muita leitura, reflexão e força de vontade e após todo esse esforço, conforme o sistema em que esteja inserido em seu contexto poderá ser considerado um sábio ou uma ameaça. Mas isso não pode levar ao medo e à sucumbência, pois o poder nas mãos de um educador se dá pela força das palavras e não por arranjos políticos ou econômicos. O poder de um educador está no que é capaz de ensinar muito além dos conteúdos curriculares e dos próprios Temas Transversais. São os ensinamentos para a vida livre, não apenas para procurar um emprego e ajustar-se ao sistema, mas para tomar decisões sobre sua vida com a tranqüilidade de saber escolher diante das adversidades pela capacidade de compreender o mundo ao seu redor.

Há currículos e práticas pedagógicas pobres porque são destinados à população pobre, ou seja, há "uma escola pobre para o aluno pobre", como diz Penin (1989, p. 157), numa lógica distorcida que faz da escola não uma instância mediadora e sim reprodutora, condenando os alunos a permanecer no patamar em que já estão. (VEIGA, 1995. p.118)

De certo modo, o educador tem a capacidade de manipular o próximo, seu educando, conforme sua prática pedagógica lhe permite. Essa manipulação se torna adestradora enquanto o próprio educador ainda esteja nesta mesma condição de adestrado, porém, ao conseguir transcender sobre isso, percebe em si a obrigatoriedade de gerar um movimento transgressor do sistema em prol da fala livre e consciente de suas consequências.

É preciso levar o conhecimento sobre a educação velada dos sistemas políticos que nos induzem a eleger sempre os mesmos que não trabalham pelo povo, mas sim em causa própria, os sistemas econômicos que geram competitividade desleal pelo consumismo fútil que destrói o planeta dia-a-dia, colocando nossa própria sobrevivência em xeque, o sistema religioso que impõe a fé à custa do sofrimento por um Deus pregado pelos homens como justo em seus castigos, sistemas culturais de subjugação do homem sobre si mesmo em rituais, folclores, tradições que vão contra a natureza e contra os princípios básicos de respeito a qualquer forma de vida.

2.1 A TRANSCENDÊNCIA DO EDUCADOR SOBRE SEUS EDUCANDOS

Muito mais recente do que a educação através da arte rupestre está a educação medieval, na qual algumas pessoas eram marginalizadas, ao ponto até mesmo do abandono total para a não sobrevivência, por conta de estigmas conforme suas características. O educador que consegue transcender a si próprio consegue respeitar as diferenças diante de seus educandos, sejam estes portadoras de necessidades especiais, ou diversos de sua própria etnia, sexualidade, condição econômica ou quaisquer outras formas de manifestações de cultura.

A consciência pode crer que seja algo diferente da consciência da prática existente, que representa realmente qualquer coisa sem representar algo de real¹

Neste caso, a educação vai realmente muito além do ato pedagógico. O educador a partir do Renascimento e da própria Era Científica, necessitou rever seus conceitos diante de uma visão de ser humano agora capaz dentro de suas especificidades. Cai a partir daí o papel do antropocentrismo que assolava a educação no que podemos

¹ IANNI, O. (org) Marx: sociologia São Paulo, Ática, (1992. p.45 -46)

reformular como um “profecentrismo” em que o professor seria o único detentor do saber, o único capaz de ditar normas dentro de sua classe de regência magna.

Decisivo torna-se o reconhecimento de que manejo e produção de conhecimento são os instrumentos primordiais da cidadania e da economia, levando a rever, radicalmente, a proposta educacional vigente, por ser esta absurdamente arcaica, inclusive na universidade. Como regra, pratica-se a didática marcada pelo mero ensino e pela mera aprendizagem. De um lado, aparece um pretenso sujeito, chamado professor, que apenas ensina, no sentido surrado de copiador de cópias, já que definido como ministrador de aulas, sem qualquer compromisso construtivo... De outro, aparece um típico objeto de aprendizagem, o aluno, cuja função é ser cópia da cópia. (DEMO, 1994, p. 13-14)

O preconceito que assombra ainda a contemporaneidade atrasa todo o processo educativo diante da exclusão que gera aos que refletem quaisquer grupos sociais diversos do que a sociedade considera como espelho da moral e do belo. Este entrave não sairá por encantamento de repente enquanto o educador não desprover-se primeiramente de si próprio, do preconceito.

É no trabalho do educador que se encontra a mudança, afinal nenhuma criança nasce com preconceitos nem mesmo com quaisquer conceitos, ele os aprende na sociedade com a qual interage, na qual foi inserida, só isso basta para confirmar a tese de que o preconceito é apenas mais um dos desmandos da própria humanidade, da subjugação do homem sobre o homem a partir da aquisição da racionalidade com a qual vem o desejo de bem estar e conseqüentemente de apropriação material. A própria legislação, felizmente já alterada embora ainda com muito a se rever, por vezes trazia a exclusão como fato normal.

Não serão matriculados e, portanto, não entrarão no sorteio: a) as crianças com idade inferior a 6 anos incompletos [...]; c) os que sofrem de moléstia contagiosa e repugnante [...]; e) os imbecis e os que por defeito orgânico forem incapazes de receber educação (Decreto-lei 1.216 de 1904 do Estado de São Paulo), (JANNUZZI apud GAIO; MENEGHETTI, 2005, p. 19).

Toda a guerra e luta em torno da mudança dos regimes políticos seriam desnecessárias se os homens conseguissem manter-se desprovidos dos preconceitos e sentimentos de posse. A busca pelo socialismo se torna fugaz diante de um sistema

capitalista avassalador que atende aos instintos mais sórdidos do ser humano, que são os instintos de ganância. Tornamo-nos hipócritas até ao levantarmos as bandeiras do socialismo quando na verdade competimos no mercado de trabalho com toda nossa vontade por um salário que possa nos oferecer conforto, luxos e modismos. Afinal, quem não gosta de viver bem?

No discurso temos todas as soluções, a prática é o problema. Portanto a práxis pedagógica fica prejudicada diante de discursos demagógicos que são desmascarados pela futilidade do pensamento e do discernimento diante do concreto. Isso não significa que o educador deva abster-se de usufruir dos louros de seu labor, mas levar à compreensão de que a mudança de postura diante do consumismo desenfreado é nossa nova condição diante de um planeta ameaçado. Levar a compreensão de que verdades absolutas são engodo e que a única verdade que existe é a morte.

2.2 ATRANSCENDÊNCIA NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR

Na contemporaneidade o que se vê é uma educação a partir de uma nova formação dos educadores. Até então os cursos ofereciam disciplinas como Filosofia e Sociologia a fim de que o homem pudesse compreender-se e ao “mundo” ao seu redor de modo sistemático, porém, descontextualizado do “outro”. Surge a necessidade de promover a inclusão desta margem da sociedade de pessoas discriminadas pelo processo histórico-cultural-educativo, diante dos novos conceitos de integração para a normalização do ser.

Conforme Pinto (1986, p. 25), “A universidade representa o instrumento mais eficiente para assegurar o comando ideológico da classe dirigente ao lado de outros, subsidiários, como a imprensa, o púlpito, etc, porque ela incumbe a produção dos próprios esquemas intelectuais de dominação”.

A responsabilidade da educação é determinante na construção das liberdades, para Pinto (1986, p. 29),

A universidade absorve e amortece o surto da consciência popular, representado pelo elemento estudantil descomprometido com os poderosos. Transformando a todos como produtos genéricos que vão atuar em prol do crescimento das economias na maioria das vezes de empresas estrangeiras.

Normalizar, por sua vez, não significa transformar os indivíduos diferentes, mas sim transformar as pessoas e os espaços a fim de oferecer-lhes condições de participar, integrar-se respeitando suas potencialidades e individualidades. Isso se dá pelas políticas públicas que se adequam à essa clientela que está ainda marginalizada e que cabe à escola, resgatar junto às famílias e demais seguimentos da comunidade escolar.

Nos cursos regulares das licenciaturas em nível superior ou mesmo nos cursos de magistério, em nível médio, os currículos já vão sendo adequados e a própria grade curricular traz disciplinas diversificadas para preparar o educador através do estudo sócio-histórico-cultural, por meio do conhecimento e da reflexão diante das injustiças excludentes das pessoas marginalizadas. O mesmo ocorre nos cursos de Educação à Distância (EaD), sendo que os materiais produzidos neste caso, bem como a carga horária destinada aos estudos, podem furtar ao processo educativo, a qualidade no resultado do profissional que mesmo participante e disciplinado, possa perder conteúdos significativos por falta de tempo e espaço.

Este seguimento da educação é foco de diversos estudos pela disseminação rápida diante da possibilidade de diminuição dos custos e no que é mais fortalecida sua defesa, levar possibilidade de estudos às pessoas que vivem em locais muito isolados, onde a infra-estrutura e a falta de vontade política ainda não permitem a construção de escolas regulares.

A formação do educador, portanto, será decisiva para seu resultado final como profissional da educação, o que leva a concordar com Makarenko quando escreveu que "nas nossas escolas, os alunos comportam-se bem nas aulas de um professor e mal nas aulas de outro. E isso não é de modo algum porque um deles seja talentoso e o outro não, mas simplesmente porque um é mestre e outro não" (apud CAPRILES, 1989, p. 156).

2.3 A TRANSCENDÊNCIA DO EDUCADOR NO PROCESSO AVALIATIVO

Avaliar antes de tudo é perceber-se como detentor do poder de modificar o resultado na vida dos educandos. Além do ato de medir sua capacidade através dos instrumentos avaliativos, o avaliador, neste caso, o professor, precisa novamente despir-se dos preconceitos por ele assimilados no percurso de sua própria vivência e formação, tomando consciência da sua influência direta na reação do educando diante do processo avaliativo. Para isso, sua prática de "avaliação deverá acompanhar cada etapa da

aprendizagem e, portanto, deverá ser contínua, gradual, constante, cumulativa, coerente e cooperativa” (MARTINS, 1989, p. 57).

Deste modo, o educador tem por obrigação buscar conhecer o contexto dos educandos antes de emitir pareceres avaliativos ou exprimir opiniões sobre os envolvidos sem considerar suas potencialidades e limitações, sua história e condição enquanto ser participante de um processo contínuo de construção de saberes. Isso não implica em subestimação das suas capacidades nem tampouco em sucumbência ao sistema educacional que se resume a índices estatísticos com interesse em financiamentos do Banco Mundial. Mas legar aos seus educandos o direito de aprendizagem pela busca do conhecimento por ato próprio, poi segundo Lembo,

Ao tratar de aprendizagem, ninguém perguntará se o professor foi bonzinho ou não, se benigno ou rigoroso. A pergunta será: o que você sabe fazer e como trabalhará? Se alguém sabe pouco e trabalha mal, tem remotas possibilidades de realização pessoal e desempenho profissional. Promover um aluno sem que ele tenha nível suficiente de aprendizagem, não é ajudá-lo, mas prejudicá-lo.

No ato de avaliar, o professor deve voltar a ser exigente e para isso deve contar com o apoio da família que afastada da escola, não compreende o prejuízo que esse descaso de ambos os lados, causam à formação dos educandos. Falha a escola em não cobrar a presença da família, falha a família em não buscar participar para conhecer os problemas da escola. Não se pode concordar com um sistema que impõe normas que não condizem com a realidade da práxis educativa. Cabe ao educador unir forças para combater pela discussão as leis que atrapalham o processo ensino-aprendizagem. Leis estão aí para serem cumpridas e discutidas, para serem reformuladas conforme a sociedade exija pela mudança de comportamento e de modo de vida. Se assim não o fosse, deveríamos estar até os dias de hoje, regidos pelo Código de Hamurabi.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de se propiciar mudanças na educação se insere no ato do mundo acadêmico, a partir de sua formação. Propondo a interação de todos os modelos culturais pelos quais a educação passou, ou se modelou. Desenvolver trabalhos com pesquisas trazem como propostas, melhorias e acréscimos nas informações amadurecidas através da práxis educacional.

O cotidiano educacional deve oferecer alternativas que sustentem novos modelos e a transcendência daquilo que está imposto. Os poderes envolvidos na construção dos programas educacionais exerceram e exercem sobre a sociedade a acomodação e o ajustamento, e mesmo as qualificações trazem propostas para atendimento das necessidades básicas da sociedade. Ficando para o profissional da educação a reversão e transposição destas relações. Algo não impossível, mas de extrema necessidade e seriedade para que ocorram mudanças.

Com base neste pensamento, a educação vai mal em função de que diante do arrocho salarial, das cobranças pelo atendimento que a família não dá por parte da escola, das leis e normativas educacionais que impõem aumento de trabalho e de carga horária não remunerada para cumprir calendário letivo e projetos extracurriculares em separado, tirando do professor a vontade de continuar, o tempo para si próprio, na política de que agora nada mais pode, não pode reprovar, não pode reprimir, não pode suspender, não pode expulsar, não pode ter atividades de integração em dias letivos, não pode cumprir suas tarefas no sossego do seu lar, etc., o professor vê-se encurralado e não pode também trabalhar com satisfação.

Toda essa problemática interfere no processo de construção do cidadão, levando ao faz-de-conta da educação apenas para cumprir com os protocolos, sem importar que o professor que tem que ser tão justo e coerente com seus educandos, não possa ser tratado com dignidade diante do caos que se tornou a profissão de professor.

REFERÊNCIAS

CAPRILES, René. **Makarenko: o nascimento da pedagogia socialista**. Série Pensamento e Ação no Magistério. São Paulo: Scipione, 1989.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

DUKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiróz. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1974.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAIO, Roberta, MENEGHETTI, Rosa G. Krob. **Caminhos pedagógicos da Educação Especial**. 3. ed. RJ: Petrópolis: Vozes, 2004.

IANNI, O. (org). **Marx: sociologia**. São Paulo: Ática, 1992.

LEMBO, John M. **Por que falham os professores?** Traduzido por Maria Pia Frito de Macedo Charlier e René François Joseph Carlier. São Paulo: EPU, 1975.

MARTINS, Pura Lucia Oliver. **Didática teórica didática prática – para além do confronto**. 1 ed. São Paulo; Loyola, 1989.

PINTO, Álvaro Vieira. **A Questão da Universidade** – 2 ed. São Paulo: Cortez, 1986.

REVISTA DA EDUCAÇÃO. **Planejamento do Cotidiano da Escola**. Nº 132. Ano 33/07 a 09/ 2004. p.128.

SCHMITZ, Egídio Francisco. **Fundamentos da didática**. 7 ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1993.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto político-pedagógico da escola – uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.

Perspectivas
em Educação